



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.04.10.003-DL

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A Prefeitura Municipal de Chorozinho-CE, frente às exigências de modernização e eficiência na prestação de serviços sociais à população, identificou uma necessidade premente de aperfeiçoamento no gerenciamento das informações contidas no banco de dados do Cadastro Único. Tais ações visam garantir uma gestão mais eficaz e transparente dos recursos disponíveis, assim como otimizar a distribuição dos benefícios sociais aos cidadãos elegíveis do município.

A falta de serviços técnicos profissionais especializados tem levado a uma gestão fragmentada e ineficiente das informações, comprometendo a qualidade e a agilidade na entrega dos serviços sociais e na identificação das necessidades reais da população atendida pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Ademais, a inadequada gestão de dados tem dificultado a tomada de decisões estratégicas, a alocação eficaz de recursos e a formulação de políticas públicas mais assertivas.

Nesse contexto, torna-se essencial a contratação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo voltadas ao gerenciamento das informações do Cadastro Único. Este serviço permitirá a centralização e a sistematização das informações, garantindo sua atualização, confiabilidade e acessibilidade. Tal medida visa não apenas atender de forma mais eficiente às demandas atuais, mas também se antecipar às necessidades futuras, considerando a dinâmica social e demográfica do município.

Portanto, a prestação desses serviços técnicos especializados é crucial para:

- Assegurar a correta identificação e registro dos beneficiários dos programas sociais, maximizando o alcance e a efetividade da distribuição dos benefícios;
- Proporcionar uma base de dados confiável e atualizada que sirva de suporte para a tomada de decisões estratégicas e o planejamento de políticas públicas;
- Fomentar a transparência e a prestação de contas à população, reforçando a confiança nos serviços prestados pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
- Garantir a otimização dos recursos públicos por meio de uma gestão eficiente e direcionada das necessidades da população vulnerável do município.

Esta contratação está alinhada aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à eficiência, à economicidade e ao desenvolvimento nacional sustentável. Diante disso, é imperativo avançar na consolidação desse processo de contratação para responder efetivamente às demandas sociais do município e promover um avanço significativo na qualidade de vida dos seus cidadãos.







2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Fundo Municipal de Assistencia Social	Waldeval de Sousa Silva

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A definição precisa dos requisitos da contratação é essencial para garantir a escolha da solução mais adequada às necessidades da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE. Visando atender às demandas da gestão de informações do Cadastro Único de forma eficiente, é crucial considerar critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com as legislações e regulamentações aplicáveis. Além disso, é imperativo estabelecer padrões mínimos de qualidade e desempenho para assegurar que os serviços contratados proporcionem resultados ótimos e duradouros para a administração pública e seus usuários.

• Requisitos Gerais:

- o Capacidade demonstrada em gerenciamento de banco de dados, com ênfase no Cadastro Único.
- o Experiência comprovada em apoio administrativo, especialmente em sistemas de assistência social ou equivalentes.
- o Possuir uma equipe técnica qualificada, com experiência relevante e especialização nas áreas exigidas.
- o Infraestrutura tecnológica adequada para a execução do serviço, incluindo equipamentos e software de gestão de banco de dados.

• Requisitos Legais:

- o Conformidade com a Lei 14.133/2021, especialmente no que tange à legalidade, eficiência, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- o Atendimento aos preceitos de segurança da informação e proteção de dados pessoais, conforme legislação vigente.
- o Regularidade fiscal e trabalhista, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de débitos.

• Requisitos de Sustentabilidade:

- o Adoção de práticas que minimizem o impacto ambiental decorrente das atividades desempenhadas.
- o Utilização de tecnologias e soluções ecoeficientes que promovam a economia de recursos naturais.
- o Implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

• Requisitos da Contratação:

- o Proposição de um plano de trabalho detalhado, alinhado aos objetivos da Secretaria, que preveja análise dos requisitos, planejamento, execução, monitoramento, e avaliação das atividades.
- o Capacidade para adaptação e escalabilidade dos serviços conforme o aumento da demanda e evolução dos programas sociais gerenciados.
- o Compromisso com a entrega de relatórios periódicos de desempenho. incluindo análises qualitativas e quantitativas das atividades realizadas.
- Requisitos essenciais à contratação:





Para atender plenamente às necessidades especificadas, sem impor especificações supérfluas que possam limitar o caráter competitivo da licitação, os requisitos essenciais incluem:

- Prova de capacidade técnica e operacional para gerenciar dados sensíveis e de grande volume, assegurando a privacidade e a proteção desses dados.
- o Flexibilidade para incorporar mudanças normativas e tecnológicas que possam surgir durante a vigência do contrato.
- Disponibilidade para realizar treinamentos e capacitações para os servidores da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, visando o uso eficaz do banco de dados e das ferramentas de gestão.
- Comprometimento com a entrega de resultados mensuráveis que demonstrem melhorias contínuas na qualidade e eficiência do gerenciamento das informações do Cadastro Único.

4. Levantamento de mercado

O presente levantamento de mercado analisa as principais soluções para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo, especificamente para o gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único, junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE. As soluções identificadas são:

- Contratação direta com o fornecedor: Esta abordagem envolve a seleção e a contratação direta de uma empresa especializada, habilitada para fornecer o serviço necessário. A vantagem deste modelo consiste no estabelecimento direto de relações contratuais, possibilitando uma comunicação mais eficiente entre as partes.
- Contratação através de terceirização: Neste modelo, a Administração Pública contrata uma empresa intermediária que será responsável por gestionar todo o serviço de apoio administrativo e gerenciamento de dados, incluindo a contratação de pessoal qualificado, treinamento e supervisão das atividades. Esse método oferece flexibilidade e redução de cargas administrativas diretas para o órgão contratante.
- Formas alternativas de contratação: Compreende modelos como parcerias público-privadas (PPPs), contratos de gestão, e outras formas que possam ser adaptadas para atender às especificidades do serviço requerido, explorando inovações e eficiência operacional a partir da participação mais ativa do setor privado na prestação de serviços públicos.

Após uma análise detalhada das necessidades do projeto e considerando as especificações técnicas e os requisitos mínimos necessários para a prestação destes serviços, a solução mais adequada para esta contratação parece ser a contratação direta com o fornecedor. Este método possibilita um controle mais direto sobre a qualidade e a eficácia do serviço, assegura que os requisitos específicos para o manejo do banco de dados do Cadastro Único sejam atendidos e permite uma resposta mais rápida e eficiente às necessidades de capacitação técnica e suporte operacional diretamente relacionadas ao escopo do projeto.

A escolha dessa solução proporcionará ao município de Chorozinho uma parceria focada e dedicada, com experiência comprovada em projetos ou serviços similares, e que detêm conhecimento específico sobre o Cadastro Único e legislações e







normativas pertinentes, garantindo, assim, a conformidade, a segurança dos dados e a eficiência requerida para o sucesso deste serviço crítico.

5. Descrição da solução como um todo

A solução proposta, focada na prestação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo e para o gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único, junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE, representa a estratégia mais adequada e eficiente existente no mercado para atender às necessidades específicas e complexas da entidade contratante. Esta conclusão está fundamentada de acordo com os preceitos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, que guia os processos de licitação e contratações públicas.

Em consonância com o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a presente solução foi cuidadosamente escolhida após um preciso estudo técnico preliminar, que avaliou diversas alternativas disponíveis no mercado. Este estudo possibilitou a identificação de que a solução escolhida não apenas conta com a especificidade requerida pela contratação, mas também garante a economicidade e a eficiência exigidas pela lei.

De acordo com o inciso I do § 1º do Art. 18, a necessidade da contratação foi rigorosamente descrita, levando em consideração o problema a ser resolvido, bem como a perspectiva do interesse público envolvido. Deste modo, a solução apresentada atende a todos os requisitos fundamentais para a execução de serviços relacionados à gestão de informações vitais para o banco de dados do Cadastro Único, fator determinante para a progressão de políticas públicas sociais do município de Chorozinho-CE.

O processo de escolha considerou as normativas do Art. 18, inciso V, que enfatiza a importância do levantamento de mercado para justificar a escolha de soluções contratadas. Nossa análise de mercado revelou que a solução proposta não somente se alinha com as melhores práticas e tecnologias disponíveis, mas também se destaca pela sua capacidade de adaptação e expansão, atendendo à projeção de crescimento da base de dados e à incorporação de novas demandas futuras, conforme sugere os desafios antecipados no estudo técnico preliminar.

Além disso, a solução proposta foi minuciosamente avaliada para assegurar que se alinha com o Art. 10, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, promovendo a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. Este aspecto é crucial, tendo em vista o dinamismo e a constante evolução no campo da tecnologia de informação aplicada ao setor público. A escolha reflete, portanto, uma abordagem progressista e sustentável, garantindo que o investimento público gere os retornos mais benéficos ao longo do tempo.

Concluímos, portanto, que a solução identificada é, sem dúvidas, a mais adequada existente no mercado, satisfazendo todos os critérios legais, técnicos e econômicos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Desta forma, a implementação deste contrato de prestação de serviços não só atenderá as necessidades atuais da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, mas também assegurará um alinhamento estratégico com as políticas públicas futuras, promovendo a inclusão social e a eficiência administrativa.







6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO.	9,000	Mês

Especificação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO.

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO.	9,000	Mês	2.483,33	22.349,97

Especificação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO CADASTRO LÍNICO

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, temse que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 22.349,97 (vinte e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Conforme determina a Lei nº 14.133/2021, a decisão pelo parcelamento do objeto das licitações visa promover a ampliação da competitividade, possibilitar um aproveitamento mais eficaz do mercado e assegurar a viabilidade técnica e econômica das contratações públicas. Esta seção delineia as justificativas detalhadas que fundamentam a decisão pelo parcelamento da solução para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados para o gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único.

- Avaliação da Divisibilidade do Objeto: Após criteriosa análise, verificou-se que o objeto da contratação é tecnicamente divisível sem prejuízo de sua funcionalidade ou dos resultados pretendidos. A natureza dos serviços permite que diferentes fases ou módulos do projeto sejam executados de forma independente, garantindo flexibilidade e especialização da mão de obra contratada.
- Viabilidade Técnica e Econômica: A divisão do objeto em lotes específicos é tecnicamente viável e promove uma otimização econômica significativa. Permite que diferentes fornecedores com especializações distintas possam atuar em áreas específicas do projeto, otimizando a qualidade e eficácia dos resultados finais.
- Economia de Escala: A análise detalhada dos custos associados à divisão do projeto demonstrou que não haverá perda de economia de escala que supere os benefícios do parcelamento. Pelo contrário, espera-se que a competição entre



fornecedores resulte em preços mais vantajosos para a Administração.

- Competitividade e Aproveitamento do Mercado: O parcelamento contribuirá significativamente para a ampliação da competitividade, haja vista que possibilita a participação de empresas de menor porte que não teriam capacidade de fornecer o escopo completo do serviço. Esse procedimento assegura um melhor aproveitamento do mercado local e nacional, incentivando a diversidade de soluções inovadoras e personalizadas para cada segmento da contratação.
- Análise do Mercado: A avaliação do mercado fornecedor destes serviços indica uma alta capacidade de oferta dividida em especializações diversas. O parcelamento se mostra alinhado às práticas do setor econômico, otimizando o acesso às tecnologias avançadas e especializadas disponíveis no mercado, garantindo assim resultados mais eficientes e eficazes.
- Consideração de Lotes: A estratégia de divisão em lotes foi meticulosamente planejada, visando permitir a participação de fornecedores que, embora não possuam capacidade para a entrega total do projeto, são altamente qualificados dentro de suas respectivas áreas de atuação. Esta abordagem é essencial para garantir que a Administração possa se beneficiar da especialização e inovação no mercado, mantendo os custos sob controle e sem prejuízos à economia de escala.

A transparência deste processo e sua conformidade com as normativas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 são asseguradas pela documentação detalhada de cada etapa de decisão, apoiando-se em dados concretos, análises técnicas, e estudos de viabilidade. Desta forma, o parcelamento da solução é justificado não apenas pelas possibilidades de economia e eficiência, mas também pelo potencial de agregar valor à Administração Pública através da exploração competente de recursos disponíveis no mercado.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O processo de contratação para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo para gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único, junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Chorozinho para o determinado exercício financeiro. Este alinhamento é evidenciado pela inclusão desta contratação como uma das principais ações priorizadas no planejamento estratégico da entidade, o qual foi devidamente elaborado e aprovado, observando as disposições do art. 18, §1°, inciso II da Lei n° 14.133/2021.

A necessidade desta contratação foi identificada como crucial para o atendimento das demandas da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, visando a melhorar a gestão das informações e o acesso aos serviços sociais prestados à população de Chorozinho-CE. O planejamento estratégico detalhado no Plano de Contratações Anual considerou a análise detalhada das necessidades da Secretaria, os objetivos a serem alcançados e os recursos disponíveis, assegurando a eficiência no uso dos recursos públicos e a otimização dos resultados alcançados em benefício da comunidade.

O compromisso com o desenvolvimento nacional sustentável e a busca pela eficácia e eficiência da Administração Pública direcionam este processo de contratação, reiterando a observação de princípios fundamentais da Lei nº 14.133/2021, tais como o planejamento, a economicidade e o interesse público. A estratégica alinhada com o





Plano de Contratações Anual assegura que as Ações de Apoio Administrativo para gerenciamento das informações do Cadastro Único são executadas de maneira a contribuir significativamente para o aprimoramento dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos de Chorozinho-CE, em conformidade com as diretrizes estratégicas e operacionais estabelecidas pela Prefeitura Municipal.

10. Resultados pretendidos

A contratação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo, bem como para o gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE, almeja alcançar resultados substanciais que se alinham às disposições da Lei nº 14.133/2021, também conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Os resultados pretendidos com esta contratação fundamentam-se na busca pela eficiência, eficácia e efetividade administrativas, conforme preconizado pelo art. 5º da Lei 14.133/2021, garantindo não apenas a observância dos princípios intrínsecos à Administração Pública, mas também a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a inovação tecnológica. Assim, os resultados almejados são:

- Aperfeiçoamento do Sistema do Cadastro Único: A atualização e manutenção eficientes do banco de dados são essenciais para garantir que a gestão das políticas sociais seja realizada de forma mais precisa, visando um atendimento mais qualificado à população vulnerável.
- Agilidade e Precisão nas Atualizações: A busca por soluções tecnológicas inovadoras, alinhada ao inciso IV do art. 11, fomenta a agilidade e a precisão nas atualizações dos dados, reduzindo erros e desatualizações que podem prejudicar os beneficiários dos programas sociais.
- Capacitação da Equipe Local: Através da transferência de conhecimento e tecnologia por parte da empresa contratada, pretende-se capacitar a equipe local, assegurando a continuidade e a sustentabilidade das ações sem dependência permanente de suporte externo.
- Segurança da Informação: Implementação de protocolos robustos de segurança da informação, conforme exigências do art. 12 e seus incisos, assegurando a proteção dos dados pessoais dos cidadãos e evitando vazamentos que poderiam comprometer a integridade e a confiança no sistema do Cadastro Único.
- Eficiência na Gestão Pública: Alinhado ao parágrafo único do art. 11, busca-se com esta contratação uma gestão pública mais eficiente, por meio da otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, entregando serviços de qualidade superior à população e assegurando o uso responsável dos recursos públicos.
- Promover o Desenvolvimento Nacional Sustentável: Além de cumprir com os objetivos imediatos da contratação, espera-se que as soluções adotadas contribuam para o desenvolvimento de tecnologias nacionais e sustentáveis, atendendo ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável expresso no art. 5°.

Em suma, ao abordar os aspectos técnicos e operacionais da contratação com base em uma visão holística e estratégica, espera-se não apenas solucionar as necessidades imediatas da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, mas também contribuir para a modernização e a eficiência da Administração Pública em um sentido mais amplo,









conforme os objetivos e princípios estipulados pela Lei nº 14.133/2021.

11. Providências a serem adotadas

Para a eficaz implementação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo e para o gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único, junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE, serão adotadas as seguintes providências:

- Realização de diagnóstico detalhado das atuais condições do sistema de gerenciamento do Cadastro Único para avaliar as necessidades específicas de aprimoramento técnico, assim como a identificação de eventuais lacunas ou deficiências operacionais.
- Análise criteriosa e seleção de fornecedores ou prestadores de serviços que atendam integralmente aos requisitos técnicos e mínimos definidos no termo de referência, com ênfase na capacidade técnica, experiência comprovada em projetos semelhantes e na qualificação das equipes designadas para a execução dos serviços.
- Desenvolvimento e aprovação de um plano de capacitação destinado aos servidores públicos envolvidos na gestão, operação e manutenção do sistema do Cadastro Único, garantindo assim a sustentabilidade e a continuidade da qualidade dos servicos prestados.
- Elaboração de um cronograma detalhado das etapas do processo de contratação, desde a fase de planejamento até a execução e finalização do contrato, assegurando o cumprimento dos prazos estabelecidos e a adequada gestão de riscos.
- Implementação de medidas de segurança da informação para a proteção dos dados do Cadastro Único, incluindo protocolos de acesso, criptografia, backups regulares e planos de recuperação de desastres, conforme especificado na seção referente às especificações técnicas e requisitos mínimos.
- Constituição de uma comissão de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, formada por servidores qualificados, para monitorar a conformidade dos serviços prestados com os termos estabelecidos no contrato, e para agir proativamente na resolução de possíveis contingências ou desvios.
- Revisão e atualização, quando necessário, dos processos e procedimentos internos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, visando a otimização da gestão do Cadastro Único e a plena integração com os serviços contratados.
- Estabelecimento de um sistema de avaliação de desempenho e satisfação, que permitirá medir periodicamente a eficácia dos serviços prestados, facilitando a identificação de áreas para melhoria contínua e a tomada de decisões baseadas em dados concretos.
- Preparação de relatórios periódicos de progresso e conclusão, que serão submetidos à apreciação da alta gestão da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, proporcionando transparência e permitindo o acompanhamento das atividades pela administração pública e pela sociedade.







Após cuidadosa análise das necessidades da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE e considerando as especificidades da contratação para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo e para gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único, optou-se pela não adoção do sistema de registro de preços para esta contratação. Esta decisão fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e em uma avaliação criteriosa das características do serviço, assim como no interesse público envolvido.

- Análise da Lei 14.133/2021: A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 83, estabelece que a existência de preços registrados implica um compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar. Além disso, o §5º do Art. 82 indica que o sistema de registro de preços pode ser usado para a contratação de serviços, observadas condições específicas, como a realização prévia de ampla pesquisa de mercado e a definição do período de validade dos preços registrados.
- Características Específicas da Contratação: O serviço requerido envolve alto grau de especialização e adaptação às constantes mudanças na legislação e políticas sociais que regulamentam o Cadastro Único, além da necessidade de resposta rápida às demandas específicas da Secretaria para garantir a atualização e a conformidade das informações. Estas características tornam a contratação singular, com requisitos técnicos específicos que dificultam a formulação de uma estimativa quantitativa futura precisa e a definição de preços fixos por um período prolongado, limitando a eficácia do registro de preços.
- Interesse Público e Eficiência na Contratação: Dado o caráter estratégico e a sensibilidade das informações gerenciadas, prioriza-se a seleção de um fornecedor que não apenas ofereca o menor preco, mas que também demonstre capacidade técnica específica e flexibilidade para adaptar-se às demandas dinâmicas e variáveis do serviço. A não adoção do registro de preços visa, portanto, a contratação mais vantajosa e eficiente para a administração pública, alinhada ao Art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que objetiva assegurar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública e o tratamento isonômico entre os licitantes.

Portanto, considerando a análise da legislação pertinente e as peculiaridades do objeto da contratação, conclui-se pela não adoção do sistema de registro de preços como a abordagem mais adequada para garantir que a prestação dos servicos ocorra de maneira eficaz, eficiente e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e da busca pelo atendimento do interesse público.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

A partir da análise das disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, identifica-se a necessidade de vedar a participação de empresas na forma de consórcio para a **PROFISSIONAIS** de PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS** TÉCNICOS contratação ESPECIALIZADOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO, junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE. Tal vedação se justifica pelos seguintes fundamentos, ancorados no texto legal:

• De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, embora haja a possibilidade de





participação de licitantes na forma de consórcio, é crucial considerar que tal forma de agrupamento pode não ser a mais adequada para todos os tipos de contratação. Para serviços técnicos profissionais especializados de caráter administrativo e de gestão de dados, a segurança da informação, a especialidade e a responsabilidade direta sobre as atividades são primordiais, aspectos esses que podem ser diluídos quando da participação em consórcio.

- A exigência de capacitação técnica específica e a responsabilidade integral sobre o serviço prestado, como pontuado nos requisitos para a contratação, pode ser melhor assegurada por uma única empresa que demonstre plena capacidade técnica e operacional para o cumprimento integral do contrato, em vez da divisão de responsabilidades típica dos consórcios.
- O art. 7º, incisos I a III, e o §1º, destacam a importância da gestão por competências e da designação de agentes públicos qualificados para as funções essenciais à execução da Lei, reiterando a necessidade de um vínculo direto e claro de responsabilidade, que pode ser comprometido em arranjos de consórcio, dada a complexidade potencial na administração da comunicação, execução e divisão de responsabilidades entre as partes consorciadas.
- Além disso, o art. 26 e seus incisos e parágrafos enfatizam a possibilidade de estabelecimento de margens de preferência para bens e serviços nacionais ou que promovam o desenvolvimento sustentável, sendo mais simples verificar e exigir o cumprimento destas preferências quando a fornecedora é uma única empresa, sem as complexidades intrínsecas à composição de um consórcio.

Portanto, considerando os objetivos da contratação em questão, bem como os princípios de eficiência, economicidade, e segurança jurídica, previstos na Lei nº 14.133/2021, faz-se prudente a vedação da participação de empresas na forma de consórcio, de modo a assegurar a melhor execução do contrato, a clareza nas responsabilidades e a qualidade no serviço prestado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021, é fundamental considerar os impactos ambientais gerados pelas atividades de contratação pública e propor medidas efetivas para sua mitigação. Em consonância com os princípios de desenvolvimento nacional sustentável e economicidade, a prestação de serviços técnicos profissionais especializados para atuação junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho – CE requer análise detida dos potenciais impactos ambientais, com vistas a alinhar a atividade à política de sustentabilidade e responsabilidade social que norteiam a Administração Pública.

Possíveis impactos ambientais:

- Consumo energético: O aumento de demandas de processamento e armazenamento de dados pode resultar em elevação do consumo de energia elétrica, impactando o meio ambiente.
- Emissão de resíduos eletrônicos: A substituição e atualização de equipamentos de TI pode gerar resíduos eletrônicos (e-waste), cuja disposição inadequada representa risco à saúde e ao meio ambiente.
- Uso de papel: Ainda que o objetivo seja o gerenciamento de informações em banco de dados, operações paralelas ou auxiliares podem envolver o uso de papel,





impactando em desmatamento e uso de recursos naturais.

Medidas mitigadoras:

- Adoção de servidores verdes: Utilização de servidores e data centers que operem com alta eficiência energética e menor impacto ambiental, contribuindo para a redução do consumo de energia.
- Programa de reciclagem de e-waste: Implementação de políticas de descarte e reciclagem de equipamentos eletrônicos, em parceria com empresas certificadas para gestão de resíduos eletrônicos, garantindo a correta disposição e reciclagem dos materiais.
- Redução no uso de papel: Fortalecer a política de digitalização de processos, visando a minimização do consumo de papel e incentivando práticas de trabalho digital entre os colaboradores.
- Capacitação e sensibilização: Realização de programas de capacitação e sensibilização de colaboradores para práticas sustentáveis no ambiente de trabalho, promovendo a conscientização sobre o consumo de recursos e a geração de resíduos.
- Auditorias ambientais: Realização periódica de auditorias ambientais para monitorar o cumprimento das medidas mitigadoras adotadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas nas práticas operacionais.

Assim sendo, a adoção de medidas mitigadoras é essencial para alinhar a contratação aos princípios de sustentabilidade propostos pela Lei 14.133/2021, promovendo o desenvolvimento tecnológico e administrativo de forma responsável e coerente com a proteção ambiental.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após análise detalhada do contexto e da necessidade de contratação dos serviços técnicos profissionais especializados para desenvolver ações de apoio administrativo e para o gerenciamento das informações do banco de dados do Cadastro Único, junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Chorozinho-CE, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação proposta.

Conforme estabelecido pelo art. 6° da Lei nº 14.133/2021, a etapa inicial do planejamento inicia-se com o Estudo Técnico Preliminar, que visa caracterizar o interesse público envolvido e sua melhor solução. A análise conduzida neste ETP demonstra claramente a existência de um interesse público na garantia da eficácia na gestão de informações críticas do Cadastro Único, fundamental para a execução de políticas sociais no município de Chorozinho-CE.

Em alinhamento aos princípios de eficiência, transparência e economicidade, imperativos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu artigo 5º, a opção pela contratação de serviços especializados revela-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, sob os aspectos técnicos e econômicos. A expertise específica requerida para a execução dos serviços, associada à necessidade de constante atualização tecnológica e de conhecimentos especializados em legislação e gestão de dados do Cadastro Único, justifica a contratação externa em detrimento da execução por meio de recursos internos, que poderiam não atender com a mesma





eficácia e agilidade as demandas postas.

O levantamento de mercado, conforme previsto no §1° do art. 18 da Lei, indica a existência de fornecedores capazes de atender às especificidades técnicas requeridas para a prestação dos serviços, com preços condizentes com a realidade de mercado, reforçando a viabilidade da contratação. Adicionalmente, a estimativa do valor da contratação realizada está em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o valor estimado é compatível com os valores praticados pelo mercado.

Com base nos resultados pretendidos e considerando a necessidade de garantir a atualização e a integridade das informações do Cadastro Único, essencial para a seleção adequada dos beneficiários de programas sociais, conclui-se que a contratação dos serviços técnicos profissionais especializados atende aos critérios de razoabilidade e viabilidade, alinhando-se às diretrizes de planejamento estratégico e às leis orçamentárias da Administração Pública. Destarte, posicionamo-nos favoravelmente à realização da contratação sob análise, com a certeza de que a mesma contribuirá substancialmente para o aprimoramento da gestão pública e a melhor efetividade das políticas sociais no município de Chorozinho-CE.

Chorozinho / CE, 25 de abril de 2024

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES MEMBRO

assinado eletronicamente GLAILSON SALDANHA MACIEL MEMBRO

assinado eletronicamente ANTÔNIO MAICON DA SILVA ALBANO PRESIDENTE



